

BENEFÍCIOS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Roberto Rodrigues*

Recentemente a FIPE da USP realizou um interessante estudo a respeito dos benefícios que o cooperativismo de crédito agrega à economia brasileira, como já acontece em inúmeros países desenvolvidos em todos os continentes. Sob os auspícios do Sicredi, um poderoso Sistema de Crédito Cooperativo iniciado no Rio Grande do Sul nos anos 80 do século passado e que hoje está no país todo, a FIPE utilizou método empregado na avaliação de políticas públicas na Europa, chamado “Diferenças-em-Diferenças”. O estudo mediu os efeitos da ação das cooperativas de crédito nos municípios brasileiros antes e depois de sua chegada, descontando as melhorias que eles tiveram por outras razões que não a cooperativa. Não foi surpresa para os líderes cooperativistas o resultado apresentado.

Ficou evidente a expansão desse segmento nos últimos 20 anos, quando o crescimento da oferta de crédito das cooperativas foi de 14,7% ao ano, enquanto o valor dos depósitos aumentou 16,3%. Como também já aconteceu em outros países nas grandes crises financeira globais, as cooperativas de crédito tiveram maior resiliência que os bancos comerciais e, nas últimas três recessões que vivemos (2002/03, 2008/09 e 2014/16): elas mantiveram crescimento das suas carteiras.

Mas os benefícios que causaram à economia e à sociedade em geral foram ainda mais importantes. Sua presença fez a renda per capita dos cidadãos crescer 5,7% mais do que cresceu em municípios onde não há cooperativa de crédito; elas estimularam o surgimento de 15,7% a mais de estabelecimentos comerciais, gerando ainda 6,2% a mais de empregos.

Com base nesses resultados, o Sicredi avalia que de 2006 até 2016, as cooperativas ingressaram em 1.400 novos municípios e acrescentaram à economia brasileira cerca de 48 bilhões de reais no período estudado, criando 79 mil empresas novas e assim gerando 278 mil empregos diretos e indiretos. São todos números espetaculares para um movimento que começou timidamente no interior dos estados agrícolas e se expandiu bastante. Segundo a FIPE, tal sucesso se deve à disposição das cooperativas de emprestar aos menores, a um custo menor e de forma menos restrita, estando mais próximas do seu cliente/associado que os bancos comerciais, o que também reduz a possibilidade de ativos problemáticos.

Esta é a filosofia básica do cooperativismo enquanto doutrina: corrigir o social através do econômico, com a principal característica doutrinária de que a cooperativa não visa o lucro; ela presta serviços ao associado (inclusive financeiros) para que ele cresça econômica e socialmente. A cooperativa não é um fim em si mesma, é um instrumento de apoio ao cooperado e atualmente, graças ao novo sétimo princípio da cooperação, também à comunidade em que se situa.

Isso fica muito claro com uma frase do estudo da FIPE: “... os princípios e a disseminação das cooperativas de crédito se mostram convergentes com

objetivos maiores no campo das políticas públicas, tendo em vista o seu potencial impacto na redução das desigualdades econômicas e inter-regionais, bem como no aumento da concorrência e da eficiência no âmbito do sistema financeiro nacional”. (FIPE, 2019)

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**